

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO

Reunião: VI Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América Latina e Caribe

Local e data: Cartagena, 18 a 20 de abril de 2018

Participantes: Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho e Ministro Carlos da Fonseca (MRE)

Realizou-se, em Cartagena, Colômbia, entre os dias 18 e 20 de abril, a Sexta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América Latina e Caribe (eLAC 2018). A delegação brasileira foi chefiada pelo Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Itamaraty, Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, e pelo Secretário de Políticas Digitais do MCTIC, Thiago Camargo Lopes. Participou, igualmente, o Ministro Carlos da Fonseca, Chefe da Divisão da Sociedade da Informação.

Durante a reunião, foram aprovados os seguintes documentos: (1) Declaração de Cartagena, documento de natureza política e declaratória; (2) Agenda Digital eLAC 2020, documento de natureza programática, que contém objetivos comuns definidos em sete áreas prioritárias; e (3) proposta inicial de Programa de Atividades de Cooperação Regional, com 18 atividades previstas nas 7 áreas prioritárias de ação definidas pela Agenda eLAC 2020 (infraestrutura digital; transformação e economia digital; governo digital; cultura, inclusão e habilidades digitais; tecnologias emergentes para o desenvolvimento sustentável; mercado digital regional; e governança para a sociedade da informação). Ao final do encontro, o Brasil se ofereceu para sediar a próxima Ministerial eLAC, proposta que foi aceita por aclamação. O governo equatoriano deverá organizar a reunião preparatória de 2019.

A agenda aprovada na Ministerial de Cartagena estabeleceu o compromisso de que versão definitiva do Programa de Atividades fosse aprovada em 90 dias (data limite 20/07/2018). O Programa deverá orientar as atividades de Grupos de Trabalho, que serão coordenados por países e contarão com a participação de entidades não-governamentais. No período 2018/20, o Brasil deverá manter participação no GT de Governança da Internet

(subcoordenação, com a Argentina como coordenadora), ao tempo em que coordenará as atividades do GT de “Mercado Digital Regional”, em exercício compartilhado com o México.

A “Agenda Digital da América Latina e Caribe” desenvolve-se desde 2005, com “agendas”, ou planos de ação, aprovados em reuniões ministeriais que se realizam em períodos de dois a três anos. Seis conferências ministeriais foram realizadas até hoje (Brasil, El Salvador, Peru, Uruguai, México e Colômbia). O Brasil tem mantido participação ativa tanto nas Ministeriais, como no trabalho intersessional do processo eLAC. Em 2005, o país sediou a Primeira Conferência Regional Ministerial da América Latina e Caribe. Com o compromisso de sediar outra vez uma Ministerial, em 2020, o Brasil assumiu posição de protagonismo na condução da agenda eLAC 2018/20, em coordenação com a Colômbia, atual presidente da agremiação, e da CEPAL, que atua como secretaria permanente do processo.

A estrutura de governança da agenda eLAC contará, a partir de 2018, com “mesa diretora” integrada por 8 países (Brasil, Uruguai, Equador, Colômbia, Cuba, Trinidad e Tobago, Costa Rica e México), além de 8 representantes não-governamentais, distribuídos entre: (1) entidades empresariais - GSMA (Global System of Mobile Communications - operadores de celular), ASIET (associação interamericana de empresas de Telco) e ALAI (Associação Latino Americana de Internet); (2) sociedade civil - APC (Association for Progressive Communications) e A4AI (Association for Affordable Internet); (3) comunidade técnica - LACNIC e ICANN; e (4) organismos regionais – Corporación Andina de Fomento.

A mesa diretora tem promovido uma série de reuniões virtuais, de periodicidade semanal, de forma a aprovar, no prazo determinado, o Programa de Atividades. Reunião presencial final está prevista para os dias 12 e 13 de julho, em Santiago.

INFORMAÇÃO ADICIONAL

(1) PLANO DE ATIVIDADES (versão maio 2018)

1.1 Identificação, análise e diálogo sobre políticas e/ou medidas regulatórias relacionadas à infraestrutura digital.

1.2 Propor marco regulatório modelo (padrão) para a convergência e políticas públicas para o desenvolvimento da infraestrutura digital.

1.3 Favorecer o diálogo e a cooperação regional para promover políticas

de desenvolvimento de banda larga.

1.4 Realizar estudo que revise e formule recomendações sobre o lançamento dos serviços 5G, especialmente em relação aos desafios na designação do espectro radioelétrico e às políticas de banda larga móvel.

Pesquisar alternativas viáveis às redes de acesso local e comunitário.

2.1 Identificar e definir lista de indicadores básicos harmonizados em nível regional sobre a indústria de tecnologias da informação.

2.2 Promover a consolidação do trabalho à distância na região, mediante ações para fortalecer o marco regulatório, as metodologias de aferição de sua disseminação e os programas de formação em competências para aplicação desta modalidade laboral de maneira exitosa.

2.3 Realizar estudos sobre o processo de digitalização das atividades produtivas na região e o elaboração de políticas sobre internet industrial.

Realizar estudos e fomentar a cooperação sobre novas metodologias para aferição da economia digital e que levem em consideração o uso da análise de *big data*, além de identificar indicadores para o seguimento da agenda digital para América Latina e Caribe (eLAC2020).

Fortalecer o diálogo, a pesquisa e as parcerias público-privadas sobre promoção de um mercado digital regional.

Fortalecer o diálogo regional e o intercâmbio de experiências sobre governo digital, em coordenação com a Rede de Governo Eletrônico da América Latina e do Caribe (Rede GEALC).

5.1 Contar com inventário dos instrumentos aplicáveis em nível regional que meçam o desenvolvimento de habilidades digitais e/ou pensamento computacional em alunos e docentes.

5.2 Promover a elaboração de estudos sobre a confecção de estratégias em matéria de desenvolvimento de habilidades digitais.

Apoiar programas de capacitação de funcionários públicos sobre o ecossistema digital e a elaboração de políticas.

6.1 Fomentar a cooperação e a pesquisa em matéria de tecnologias financeiras (*fintech*) e o lançamento de iniciativas sobre protocolos de registros de transações criptografadas e bases de dados distribuídos (cadeias de blocos ou *blockchain*).

Revisar as tendências e experiências de políticas sobre internet industrial.

7.1 Criar espaço de intercâmbio de informações, coordenação em nível regional, elaboração de posições comuns, criação de capacidades e diálogo entre os países da região sobre temas relacionados à governança da internet.

7.2 Coordenar espaço de diálogo presencial sobre aspectos normativos a respeito da sociedade da informação na região.

(2) GRUPOS DE TRABALHO (versão maio 2018)

Grupo de trabalho	Função	País responsável
1. Acesso e infraestrutura digital	Coordenador	Paraguai
	Subcoordenador	TBC
2. Cultura, inclusão e habilidades digitais	Coordenador	México
	Subcoordenador	Paraguai
3. Governança da Internet para a sociedade da informação	Coordenador	Argentina
	Subcoordenador	Brasil
4. Transformação digital e economia digital	Coordenador	Colômbia
	Subcoordenador	TBC
5. Mercado Digital Regional	Coordenador	Brasil
	Subcoordenador	México
6. Trabalho à distância	Coordenador	Colômbia
	Subcoordenador	Argentina (TBC)
7. Marco normativo para a sociedade da informação	Coordenador	Peru
	Subcoordenador	TBC